



## **TERMO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO - TPRU**

Pelo presente instrumento particular, de um lado, como PERMITENTE, Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina S.A – CEASA/SC, sociedade de economia mista estadual, integrante da administração pública indireta do Estado de Santa Catarina, art.13, II, letra "c" da Constituição Estadual, inscrita no CGC/MF sob nº 83.284.828/0001-46, inscrição estadual nº 250.481.740, estabelecida com sede e foro no município de São José, SC, às margens da BR 101, Km 205, Barreiros, neste ato representada pelos seus Diretores Marli Teresinha Marçal, Diretora Presidente; José Norberto Kretzer, Diretor Técnico e Edio Osvaldo Vieira, Diretor de Apoio Operacional, daqui por diante denominada simplesmente de **PERMITENTE** e de outro lado como **PERMISSIONÁRIO(a) Damásio Pauli**, CPF nº 593.583.609-25, Carteira de Identidade nº 1.256.398 SSP/SC, residente a rua Miguel Yatua 118, Picadas do Sul, São José, SC.

Resolvem celebrar o presente TERMO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO – TPRU, em decorrência da Concorrência Pública nº 003/01, homologada em 08/05/01, de conformidade com o que dispõe o art. 8º do Decreto Federal nº 70.502 de 11 de maio de 1975, tendo como objeto a área de 11,96 m<sup>2</sup>, situada na Unidade de São José, loja no Pavilhão "A", mediante as condições e cláusulas seguintes :

Box - 02.

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – A PERMITENTE concede ao(s) PERMISSIONÁRIO(s), a contar do dia 01/06/01 à 31/05/11, permissão de uso do local mencionado, no grupo de atípicos derivados de carne e leite.

**CLÁUSULA SEGUNDA** – O(s) PERMISSIONÁRIO(s) fica(m) sujeito(s), quanto a suspensão da área a que se refere este Termo, a interdição ou suspensão do uso, ou ao cancelamento da permissão, nos casos especificados neste instrumento e na ocorrência de situações previstas no Regulamento de Mercado instituído pela PERMITENTE.

**CLÁUSULA TERCEIRA** – A PERMITENTE poderá, desde que seja verificado o interesse técnico-operacional do mercado, ou mesmo a sub-utilização da área



permitida, reduzir a área ou remanejar o(s) PERMISSSIONÁRIO(S) para fora do local mais compatível mas sempre após notificação prévia de trinta dias.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Fica a PERMITENTE obrigada a assumir os ônus diretos da mudança, devendo o(s) PERMISSSIONÁRIO(S) sujeitar (em)-se às obrigações pertinentes à ocupação do novo local.

**CLÁUSULA QUARTA** – Exceto nos casos especificamente previstos neste instrumento, a presente permissão poderá ser rescindida, por conveniência e no interesse de qualquer das partes, bastando para isso uma notificação prévia à outra parte com antecedência de 30(trinta) dias.

**CLÁUSULA QUINTA** – Pela permissão aqui concedida o(s) PERMISSSIONÁRIO(S) pagará a taxa de instalação fixa de R\$ 1.350,00, tarifa mensal de R\$ 4,43 por metro quadrado de utilização, (11,96 m<sup>2</sup>), importando em R\$ 52,98 e deverá ser paga até 10(dez) dias após o vencimento, na Tesouraria da PERMITENTE, ou onde for indicado por ela, sob pena de multa de(10%) dez por cento sobre o valor devido, além de correção monetária.

§ 1º - A presente permissão considerar-se-á automaticamente cancelada em decorrência da mora de 30 (trinta) dias, ou pelo atraso contumaz no pagamento mensal, obrigando-se os PERMISSSIONÁRIO(S) a entregar a área, sob pena de aplicação do disposto na Cláusula Oitava sem que lhe(s) assista o direito de qualquer providência visando o restabelecimento da situação anterior.

§ 2º - Sobre a tarifa estipulada, independentemente da data do início da permissão, incidirá uma correção, na mesma freqüência legalmente determinada para os reajustes salariais, aplicados na mesma época a todos o(s) PERMISSSIONÁRIO(S).

§ 3º - Além da Tarifa de Uso, fixada nesta Cláusula, as despesas relativas à utilização das áreas de uso comum da PERMITENTE, e seus serviços, tais como informação e estatísticas de mercado, ajardinamento e arborização, promoção e divulgação, ambulatório, limpeza, seguro, vigilância, policiamento, iluminação, água, conservação, manutenção, e outras da mesma natureza serão pagas pelo(s) PERMISSSIONÁRIO(S), por acréscimo, proporcionalmente por critério mais específico, ajustado entre as partes.

§ 4º - Não se incluem nas tarifas acima discriminadas, devendo ser cobradas à parte, a título de "Recuperação de Despesas", todos aqueles gastos em que incorrerem o(s) PERMISSSIONÁRIO(S), considerados excedentes aos padrões normais de uso.

**CLÁUSULA SEXTA** – O(S) PERMISSSIONÁRIO(S) obriga(m)-se a cumprir fielmente as normas da PERMITENTE e seu Regulamento de Mercado, especialmente:



**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA  
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. - CEASA/SC**

I – Manter a área objeto dessa permissão, bem como a que lhe dá acesso, em boas condições de limpeza e higiene, com as instalações em perfeito estado de conservação e funcionamento, assim como os pertences da área, que declara receber em perfeito estado e, assim também restituí-la, finda a permissão, sem direito a retenção ou indenização por quaisquer benfeitorias, ainda que necessárias.

II – Antes de realizar edificações, ou benfeitorias ainda que necessárias, obter prévia autorização, por escrito, da PERMITENTE, ficando essas benfeitorias e edificações, desde logo, incorporadas ao imóvel exceto se houver avença diversa em termo aditivo.

III – Empregar, em seus serviços, pessoal idôneo, devidamente habilitado e cadastrado na PERMITENTE, exigindo-lhe perfeita disciplina, boa apresentação, uso de vestimenta que o identifique, quando exigido, e a máxima urbanidade no trato com o público.

IV – Observar, na sua atividade, os horários que forem fixados em norma ou regulamento pela PERMITENTE.

V – Submeter-se às fiscalizações da PERMITENTE.

VI – Facilitar o fornecimento e a coleta de dados sobre preços de vendas e quantidade comercializadas a prestar outras informações que a PERMITENTE julgar necessárias, para seu controle estatístico e oportuna divulgação.

§ 1º - Os sócios signatários são pessoal e solidariamente responsáveis pelos compromissos assumidos pelo(s) PERMISSONÁRIO(S) neste instrumento.

§ 2º - Quaisquer danos ocasionados ao local ou as instalações, por parte do (s) PERMISSONÁRIO(S), serão imediatamente reparados por este(s). Se dentro de 10 (dez) dias, a contar da ocorrência, o(s) PERMISSONÁRIO(S) não efetivar(em) os reparos, a PERMITENTE poderá executar os serviços, cobrando o seu custo, sem prejuízo da faculdade de cancelar a permissão.

§ 3º - O(S) PERMISSONÁRIO(S) obriga(m)-se, por si e por seus prepostos, a aceitar as normas estas que declara(m) conhecer em todos os seus termos e que passam a integrar o presente instrumento, como se nele estivessem realmente transcritas, e a respeitar as que forem instituídas, com vistas ao disciplinamento do mercado.

**CLÁUSULA SÉTIMA** – O(S) PERMISSONÁRIOS se compromete(m) a participar(em) solidariamente dos programas e projetos que visem a melhoria ou interesse do mercado, inclusive participando proporcionalmente do rateio dos custos que decorrem desses mesmos programas ou projetos, segundo critérios a serem formalmente aprovados pela maioria dos usuários interessados ou por suas associações representativas.



**CLÁUSULA OITAVA** – Fica explicitamente outorgado à PERMITENTE o direito de, a qualquer tempo e hora, ingressar na área objeto desta permissão, esteja(m) ou não presentes o(s) PERMISSONÁRIO(S) ou preposto seu, desde que seja:

I – Para examinar ou retirar mercadorias em perecimento;

II – Para proceder à sua desocupação, por motivo de cancelamento, por Ter sido abandonada, ou em decorrência do disposto no § 1º da Cláusula Quinta;

III – Para fiscalizar a manutenção da higiene;

IV – Para cumprimento no previsto na Cláusula Terceira;

V – Em situações de emergência caracterizada.

**CLÁUSULA NONA** – No caso de desocupação por motivo de cancelamento, quaisquer objetos não perecíveis poderão ser removidos para depósito da PERMITENTE ou de terceiros, ficando estabelecido que, após o prazo de 30(trinta) dias, serão considerados abandonados, podendo a PERMITENTE deles dispor da forma que julgar mais conveniente, sem que assista ao(s) PERMISSONÁRIO(S) direito a qualquer indenização.

§ ÚNICO – Fica(m) o(s) PERMISSONÁRIO(S) sujeito(s) ao pagamento das eventuais despesas de remoções, transporte, carga e descarga e armazenamento durante o prazo em que tais pertences ficarem à disposição do(s) PERMISSONÁRIO(S).

**CLÁUSULA DÉCIMA** – Na hipótese de serem encontradas mercadorias em estado de perecimento, nos termos da Cláusula anterior, a PERMITENTE fica autorizada a proceder da seguinte forma:

I – Conceder prazo ao(s) PERMISSONÁRIO(S) para que providencie(m) a retirada da parte ainda aproveitável, se houver, sob pena de ficar facultada à PERMITENTE sua doação a terceiros;

II – Remover, por conta e risco do(s) PERMISSONÁRIO(S), a parte imprestável, sendo facultado à PERMITENTE incinerá-la, colocá-la no lixo ou doá-la para finalidade compatível.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** – Veda-se ao(s) PERMISSONÁRIO(S), o direito de ceder, a qualquer título, ainda que temporariamente no todo ou em parte, a área objeto desta permissão, sob pena de cancelamento automático desta permissão.



**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** – Em nenhuma hipótese terá a PERMITENTE qualquer responsabilidade perante terceiros com os compromissos, sejam particulares, sejam decorrentes de relacionada com a área objeto desta permissão.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** - As comunicações a serem feita(s) ao(s) PERMISSONÁRIO(S) considerar-se-ão verificadas após uma das seguintes providências:

I – Entrega da correspondência ao(s) PERMISSONÁRIO(S), ou preposto seu ;

II – A fixação da comunicação no quadro de Editais e Avisos da PERMITENTE.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** – A permissão outorgada por este instrumento entende-se feita ao(s) PERMISSONÁRIO(S), PESSOA(S) Física(s) ou jurídica(s), através da razão social constante deste instrumento, o qual em nenhuma hipótese poderá ser transferido a terceiros.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** – Toda e qualquer alteração do contrato social que vier a ocorrer deverá ser previamente comunicada à PERMITENTE, que terá o prazo de 20 (vinte) dias para impugnar qualquer nova disposição que conflite com os propósitos deste instrumento ou com os interesses do mercado.

§ 1º - A modificação da composição societária do (S) PERMISSONÁRIO(S) deverá ser previamente submetida a exame da PERMITENTE, para deliberar sobre a aprovação, ou não, das alterações pretendidas, após avaliação cadastral do(s) novo(s) sócio(s) que deverá(ão) ratificar as obrigações assumidas no instrumento de permissão.

§ 2º - Fica facultada à PERMITENTE a cobrança de uma taxa específica, a ser por ela arbitrada, pelos registros das alterações contratuais autorizadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** - Após a vigência do Termo de Permissão de Uso ou de sua rescisão, sem que a CEASA/SC lhe tenha dado causa, todas as benfeitorias reverterão ao patrimônio desta sem que o Permissonário tenha direito a pleitear qualquer indenização pelos investimentos efetuados.

As partes elegem o Foro de São José-SC, com expressa renúncia de qualquer outro ainda que privilegiado, para dirimir as dúvidas suscitadas em decorrência da presente Permissão de Uso.



**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA  
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. - CEASA/SC**

Neste ato, o(s) PERMISSSIONÁRIO(S) declara (m) aceitar a presente Permissão, em todas as suas condições, obrigando-se a cumprir fielmente, pelo que se lavrou o presente Termo, em 02 (duas) vias de um só teor, e para um só efeito legal, que vai assinado pelas partes interessadas e testemunhas abaixo.

São José (SC), 10 de maio de 2001.

**PERMITENTE:**

  
**MARLI TERESINHA MARÇAL**

Diretora Presidente

  
**JOSÉ NORBERTO KRETZER**

Diretor Técnico

  
**EDIO OSVALDO VIEIRA**

Diretor de Apoio Operacional

**PERMISSSIONÁRIO :**

  
**DAMÁSIO PAULI**


CPF nº 593.583.609-25

  
**AVALISTA:**

NOME: **MAURI ALTHOFF**  
CPF: **303.348.619-34**

**TESTEMUNHAS**

1.



2.







## TERMO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO – TPRU

Pelo presente instrumento particular, de um lado CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A – CEASA/SC, sociedade de economia mista estadual, integrante da administração pública indireta do Estado de Santa Catarina, art.13, II, letra "c" da Constituição Estadual, inscrita no CNPJ sob o nº 83.284.828/0001-46, inscrição estadual nº 250.481.740, estabelecida com sede e foro no Município de São José/SC, às margens da BR 101, Km 205, Barreiros, neste ato representada pelos seus Diretores, Sr. IVO VANDERLINDE e PAULO JOÃO MOTTA daqui por diante denominada simplesmente de **PERMITENTE** e de outro lado como **PERMISSIONÁRIO(A)** DAMÁSIO PAULI - ME, empresa individual, CNPJ nº 07.558.3357/0001-39, estabelecida na BR 101, Km 205, loja 02 - Cêasa, Barreiros – São José - SC, resolvem celebrar o presente **TERMO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO – TPRU**, em decorrência da **Concorrência Pública Nº 007/2005**, homologada em 14/11/05 de conformidade com o que dispõe o art. 8º do Decreto Federal nº 70.502, de 11 de maio de 1972, e Lei 8.666/93, tendo como objeto a área de 18,05m<sup>2</sup>, situada na Unidade de São José loja nº 02 mediante as condições e cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA.** A PERMITENTE concede ao PERMISSIONÁRIO, a título precário e oneroso, a contar do dia 14/11/05 à 13/11/15, podendo ser prorrogado por igual período, a permissão de uso do local acima mencionado, para realizar a comercialização de atípicos ( frios ).

**CLÁUSULA SEGUNDA.** O PERMISSIONÁRIO fica sujeito à interdição ou suspensão do uso, ou ao cancelamento da permissão, nos casos especificados neste instrumento e na ocorrência de situações previstas no Regulamento de Mercado, instituído pela PERMITENTE e que o PERMISSIONÁRIO declara estar recebendo neste ato, tomando conhecimento de tal regulamento.

**CLÁUSULA TERCEIRA.** A PERMITENTE poderá, desde que seja verificado o interesse técnico-operacional do mercado, ou mesmo a sub-utilização da área permitida, reduzir a área ou remanejar o PERMISSIONÁRIO para outro local, sempre após notificação prévia de trinta dias.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** Fica a PERMITENTE obrigada a assumir os ônus diretos da mudança, devendo o PERMISSIONÁRIO sujeitar-se às obrigações pertinentes à ocupação do novo local.

**CLÁUSULA QUARTA.** Exceto nos casos especificamente previstos neste instrumento, a presente permissão poderá ser rescindida, por conveniência e no

*Damasio*



interesse de qualquer das partes, bastando para isso uma notificação prévia à outra parte com antecedência de 30 (trinta) dias.

**CLÁUSULA QUINTA.** Pela permissão aqui concedida o PERMISSSIONÁRIO pagará uma taxa de instalação fixada em R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais). A tarifa mensal será de R\$ 7,63 (sete reais e sessenta e três centavos) por metro quadrado utilizado, (18,05m<sup>2</sup>), importando em R\$ 137,72 (cento e trinta e sete reais e setenta e dois centavos) e deverá ser paga até o dia 10 (dez) do mês subsequente à utilização do espaço, na Tesouraria da PERMITENTE ou onde for indicado por ela, sob pena de multa de (2%) dois por cento no mês do vencimento, (10%) dez por cento nos demais meses e juros de (1%) um por cento ao mês sobre o valor devido, além da correção monetária pelo INPC/IBGE ou qualquer outro índice que venha substituí-lo.

§ 1º. A presente permissão considerar-se-á automaticamente cancelada em decorrência da mora de 30 (trinta) dias, ou pelo atraso contumaz no pagamento mensal, obrigando-se o PERMISSSIONÁRIO a entregar a área, sob pena de aplicação do disposto na Cláusula Oitava, sem que lhe assista o direito de qualquer providência visando o restabelecimento da situação anterior.

§ 2º. Sobre a tarifa estipulada, independentemente da data do início da permissão, incidirá uma correção anual, nos mesmos meses em que ocorrer os reajustes salariais, aplicados na mesma época a todos o PERMISSSIONÁRIO, no mesmo índice de variação do salário mínimo ou, na impossibilidade ou falta de reajuste do mesmo, pela variação do IGPM/FGV dos doze meses anteriores à data do reajuste.

§ 3º. Além da Tarifa de Uso, fixada nesta Cláusula, as despesas relativas à utilização das áreas de uso comum da PERMITENTE, e seus serviços, tais como informação e estatísticas de mercado, ajardinamento e arborização, promoção e divulgação, ambulatório, limpeza, seguro, vigilância, policiamento, iluminação, água, conservação, manutenção e outras da mesma natureza serão pagas pelo PERMISSSIONÁRIO, por acréscimo, proporcionalmente por critério de rateio, nas mesmas datas do pagamento da Tarifa Mensal de uso.

§ 4º. Não se incluem nas tarifas acima discriminadas, devendo ser cobradas à parte, a título de “Recuperação de Despesas”, todos aqueles gastos em que incorrer o PERMISSSIONÁRIO, considerados excedentes aos padrões normais de uso.

**CLÁUSULA SEXTA.** O PERMISSSIONÁRIO obriga-se a cumprir fielmente as normas da PERMITENTE e seu Regulamento de Mercado, especialmente:

I – Manter a área objeto dessa permissão, bem como a que lhe dá acesso, em boas condições de limpeza e higiene, com as instalações em perfeito estado de

Ottensio





conservação e funcionamento, assim como os pertences da área, que declara receber em perfeito estado e, assim também restituí-la, finda a permissão, sem direito a retenção ou indenização por quaisquer benfeitorias, ainda que necessárias.

II – Antes de realizar edificações ou benfeitorias, ainda que necessárias, obter prévia autorização, por escrito, da PERMITENTE, ficando essas benfeitorias e edificações, desde logo, incorporadas ao imóvel, exceto se houver avença diversa em termo aditivo.

III – Empregar em seus serviços pessoal idôneo, devidamente habilitado e cadastrado na PERMITENTE, exigindo-lhe perfeita disciplina, boa apresentação, uso de vestimenta que o identifique, quando exigido, e a máxima urbanidade no trato com o público.

IV – Observar, na sua atividade, os horários que forem fixados em norma ou regulamento pela PERMITENTE.

V – Submeter-se às fiscalizações da PERMITENTE.

VI – Facilitar o fornecimento e a coleta de dados sobre preços de vendas e quantidade comercializadas a prestar outras informações que a PERMITENTE julgar necessárias, para seu controle estatístico e oportuna divulgação.

§ 1º. Os sócios signatários são pessoal e solidariamente responsáveis pelos compromissos assumidos pelo PERMISSSIONÁRIO neste instrumento.

§ 2º. Quaisquer danos ocasionados ao local ou às instalações, por parte do PERMISSSIONÁRIO, serão imediatamente reparados por este. Se dentro de 10 (dez) dias, a contar da ocorrência, o PERMISSSIONÁRIO não efetivar os reparos, a PERMITENTE poderá executar os serviços, cobrando o seu custo, sem prejuízo da faculdade de cancelar a permissão.

§ 3º. O PERMISSSIONÁRIO obriga-se, por si e por seus prepostos, a aceitar as normas do mercado, que declara conhecer em todos os seus termos e que passam a integrar o presente instrumento, como se nele estivessem realmente transcritas e a respeitar as que forem instituídas, com vistas ao disciplinamento do mercado.

**CLÁUSULA SÉTIMA.** O PERMISSSIONÁRIO se compromete a participar solidariamente dos programas e projetos que visem a melhoria ou interesse do mercado, inclusive participando proporcionalmente do rateio dos custos que decorrem desses mesmos programas ou projetos, segundo critérios a serem formalmente aprovados pela maioria dos usuários interessados ou por suas associações representativas.

**CLÁUSULA OITAVA.** Fica explicitamente outorgado à PERMITENTE o direito de, a qualquer tempo e hora, ingressar na área objeto desta permissão,

*Attunio*



esteja(m) ou não presentes o(s) PERMISSSIONÁRIO(S) ou preposto seu, desde que seja:

- I – Para examinar ou retirar mercadorias em perecimento;
- II – Para proceder a sua desocupação, por motivo de cancelamento, por ter sido abandonada, ou em decorrência do disposto no § 1º da Cláusula Quinta;
- III – Para fiscalizar a manutenção da higiene;
- IV – Para cumprimento no previsto na Cláusula Terceira;
- V – Em situações de emergência.

**CLÁUSULA NONA.** No caso de desocupação por motivo de cancelamento, quaisquer objetos não perecíveis poderão ser removidos para depósito da PERMITENTE ou de terceiros, ficando estabelecido que, após o prazo de 30(trinta) dias, serão considerados abandonados, podendo a PERMITENTE deles dispor da forma que julgar mais conveniente, sem que assista ao PERMISSSIONÁRIO direito a qualquer indenização.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** Fica o PERMISSSIONÁRIO sujeito ao pagamento das eventuais despesas de remoção, transporte, carga e descarga e armazenamento durante o prazo em que tais pertences ficarem à disposição do PERMISSSIONÁRIO.

**CLÁUSULA DÉCIMA.** Na hipótese de serem encontradas mercadorias em perecíveis ou em estado de perecimento, nos termos da Cláusula anterior, a PERMITENTE fica autorizada a proceder da seguinte forma:

- I. Conceder prazo ao PERMISSSIONARIO para que providencie a retirada da parte ainda aproveitável, se houver, sob pena de ficar facultado à PERMITENTE sua doação a terceiros;
- II. Remover, por conta e risco do PERMISSSIONÁRIO, a parte imprestável, sendo facultado à PERMITENTE incinerá-la, colocá-la no lixo ou doá-la para finalidade compatível.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA.** Veda-se ao PERMISSSIONÁRIO o direito de ceder, a qualquer título, ainda que temporariamente, no todo ou em parte, a área objeto desta permissão, sob pena de cancelamento automático e desocupação imediata da área permitida.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA.** Em nenhuma hipótese terá a PERMITENTE qualquer responsabilidade perante terceiros com os compromissos do PERMISSSIONÁRIO, sejam particulares, sejam decorrentes e relacionados com a área objeto desta permissão.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA.** As comunicações a serem feitas ao PERMISSSIONÁRIO considerar-se-ão verificadas após uma das seguintes providências:

- I. Entrega da correspondência ao PERMISSSIONÁRIO ou preposto seu;



II. Afixação da comunicação no quadro de Editais e Avisos da PERMITENTE.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA.** A permissão outorgada por este instrumento entende-se feita ao PERMISSSIONÁRIO, pessoa física ou jurídica, se jurídica através da razão social constante deste instrumento, o qual em nenhuma hipótese poderá ser transferido a terceiros, salvo, no caso de pessoa física, para constituição de sociedade em que o permissionário detenha a maioria do capital social.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA.** No caso do PERMISSSIONÁRIO ser pessoa jurídica, toda e qualquer alteração do contrato social que vier a ocorrer deverá ser previamente comunicada à PERMITENTE, que terá o prazo de 20 (vinte) dias para impugnar qualquer nova disposição que conflite com os propósitos deste instrumento ou com os interesses do mercado.

§ 1º. A modificação da composição societária do PERMISSSIONÁRIO deverá ser previamente submetida a exame da PERMITENTE, para deliberar sobre a aprovação ou não das alterações pretendidas, após avaliação cadastral dos novos sócios, que deverão ratificar as obrigações assumidas neste instrumento de permissão.

§ 2º. Fica facultado à PERMITENTE a cobrança de uma taxa específica, a ser por ela arbitrada, pelos registros das alterações contratuais autorizadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA.** Após a vigência do Termo de Permissão de Uso, ou de sua rescisão, sem que a CEASA/SC lhe tenha dado causa, todas as benfeitorias reverterão ao patrimônio desta, sem que o Permissionário tenha direito a pleitear qualquer indenização pelos investimentos efetuados.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA.** O presente Termo de Permissão Remunerada de Uso está vinculado ao Edital de Concorrência Pública n.º 007/2005, bem como à proposta apresentada pelo(a) Permissionário(a), devendo ser cumprido em todos os termos ali especificados.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA.** Neste ato, o permissionário efetua um depósito em garantia, no valor de **R\$ 165,26 (cento e sessenta e cinco reais e vinte e seis centavos)**, conforme item 3.2, letra b, segunda parte, do edital.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA.** É aplicável à execução do presente Termo de Permissão Remunerada de Uso, bem como aos casos omissos, tanto do Edital de Concorrência Pública a que está vinculado, bem como do contrato, a Lei Federal 8.666/93, bem como demais legislações que complementam a matéria em discussão, assim como os preceitos de direito público e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Otávio



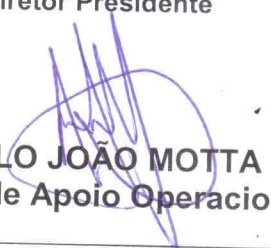



**CLÁUSULA VIGÉSIMA.** – O Permissionário obriga-se a manter, durante toda a execução do Termo de Permissão Remunerada de Uso, em compatibilidade com as obrigações assumidas no presente, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Licitação n.º 007/2005.

As partes elegem o Foro de São José-SC, com expressa renúncia de qualquer outro ainda que privilegiado, para dirimir as dúvidas suscitadas em decorrência da presente Permissão de Uso.


Neste ato, o PERMISSSIONÁRIO declara aceitar a presente Permissão, em todas as suas condições, obrigando-se a cumprir fielmente, pelo que se lavrou o presente termo, em 02 (duas) vias de um só teor e para um só efeito legal, que vai assinado pelas partes interessadas e testemunhas abaixo.

São José/SC, 14 de novembro de 2005.

PERMITENTE: CEASA/SC	PERMISSIONÁRIO(A)
 <b>IVO VANDERLINDE</b> Diretor Presidente	 Nome: DAMASIO PAULI - ME CNPJ: 07.558.357/0001-39 Sócio-Administrador:
 <b>PAULO JOÃO MOTTA</b> Diretor de Apoio Operacional	Avalista:  CPF: Endereço:

TESTEMUNHAS

1

  
Nilton Volpato de Souza  
Contador CRC/SC/12.106/0-0  
CPF 252.050.649-00

2

  
Júlio César Kuss  
Advogado OAB/SC 14.187